

Participação popular e resistências no espaço urbano: uma prática de assessoria técnica na Ocupação Quilombo Paraíso

Social Participation and Resistances in the Urban Space: a Technical Advisory Practice in Quilombo Paraíso Occupation

Vinicius Lyra Reis Valois*

Resumo

A prática da arquitetura e urbanismo é dotada de um caráter subjetivo segundo o qual diversos podem ser os modos de atuar e seus resultados, a depender de quais interesses estão sendo atendidos e das decisões tomadas pelos profissionais de planejamento. O presente artigo nasce de uma experiência em assessoria técnica desenvolvida durante o Trabalho Final de Graduação do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia, junto aos moradores de um assentamento do Movimento dos Sem Teto da Bahia, em Salvador. Buscando entender uma forma de exercício da profissão, foi feita uma aproximação da Ocupação Quilombo Paraíso, que sofria ameaças de remoção devido a intervenções iminentes do Estado, para construção de um conjunto Minha Casa Minha Vida projetado sobre as casas da ocupação. Indenizados com apartamentos nos futuros prédios, os moradores solicitaram que uma assessoria técnica contribuísse na realocação da ocupação para algum terreno próximo até o fim da obra, de modo a permanecer no território resistindo enquanto comunidade e garantir os imóveis. Com o objetivo de democratizar a prática do urbanismo e trocar saberes entre Universidade e População, a inclusão das famílias nas decisões projetuais foi feita através de oficinas de participação popular, fortalecendo o coletivo frente às exigências do Estado. Desse modo, o relato busca ainda tensionar o papel que o arquiteto e urbanista pode ter em equilibrar as muitas forças atuantes e desiguais na disputa pelo espaço.

Palavras-chave: Assessoria técnica; participação popular; produção do espaço; urbanismo; MSTB.

Abstract

The practice of architecture and urbanism is endowed with a subjective character as ways of acting and their results may vary, depending on which interests are met and the decisions made by the planning professionals. This article is born from an experience in technical advisory during my final year as an undergraduate student of the Architecture and Urbanism course at the Federal University of Bahia, with the residents of a settlement from the Bahia Homeless Movement, in Salvador. It seeks to understand a way of exercising the profession by approaching the Quilombo Paraíso Occupation, which was threatened with removal due to imminent State's interventions, aiming to build a project of Minha Casa Minha Vida over the houses of the occupation. Indemnified with apartments in the future buildings, residents requested that a technical advisory helped them relocate the occupation to some land nearby until the end of the State's work, to remain in the territory resisting as a community and secure the real estate. In order to democratize the practice of urbanism and exchange knowledge between the University and the Population, the inclusion of families in the decisions was made through workshops of popular participation, strengthening the collective against impositions. Thus, this essay seeks to tense the role that the architect and urbanist can play in balancing the many acting and unequal forces in the dispute for space.

Key-words: Technical advisory; public participation; space production; urbanism; MSTB.



Introdução

Este artigo é fruto de uma experiência durante o trabalho final de graduação (TFG)[1] em Arquitetura e Urbanismo na UFBA (Universidade Federal da Bahia), onde foi desenvolvido uma prática de assessoria técnica[2] com os moradores da Ocupação Quilombo Paraíso, um assentamento informal do Movimento dos Sem Teto da Bahia (MSTB). A aproximação das famílias iniciou-se na matéria de Atelier V – Planejamento Urbano e Regional, em novembro de 2017. Ao iniciar o TFG em 2018, foi escolhido permanecer no território e dar prosseguimento ao trabalho com as famílias, compreendendo e contribuindo com suas demandas. Após o fim da disciplina e um período de reaproximação, a ação no território como assessor técnico em formação foi requisitada pelo Movimento para responder a uma necessidade urgente das famílias: a expulsão iminente devido à construção de um empreendimento Minha Casa Minha Vida (MCMV) sobre suas casas.

Apesar da promessa feita pelo Estado de que seriam indenizadas com alguns dos futuros apartamentos, as famílias escolheram se reagrupar em um terreno próximo e permanecer resistindo enquanto comunidade até o fim das obras, previsto para 2020, para garantir seus direitos a uma moradia digna. A demanda do Movimento por um planejamento urbano surgiu para ajudar a pensar o novo espaço, sua ocupação e implantação, além de acompanhar e participar das reuniões com os representantes do Poder Público como uma voz técnica alinhada com os desejos da população, uma vez que não havia profissionais disponíveis no território.

A atuação em campo com esse caráter gerou diversos desdobramentos, pelos quais a prática de produção urbana tentou ser feita de forma mais humana e democrática, planejando o futuro da Ocupação e seus habitantes em conjunto com os mesmos. A participação popular foi constante nesse processo, de modo que as decisões sobre as modificações do espaço partissem dos próprios usuários, somando e trocando saberes diversos entre Universidade e População. As oficinas realizadas seguiram temas pertinentes à (re)construção da Ocupação em um novo terreno, com o objetivo de respeitar e reproduzir o máximo possível do que já existia no território, reduzindo as possíveis agressões físicas e psicológicas que normalmente envolvem processos de remoção feito pelo Estado.

Vale aqui destacar a distinção entre o termo assistência e assessoria (BALTAZAR, KAPP, 2016, p.4), sendo optado por utilizar e trabalhar com o último. No trabalho “Assessoria técnica com interfaces”, de Ana Paula Baltazar e Silke Kapp (2016), as autoras dissertam sobre o resgate do termo “assessoria técnica”, distanciando-se do caráter assistencialista do termo previsto na lei, onde se presume que o arquiteto e urbanista oferta ajuda a uma população sem conhecimentos e técnicas próprias. Assessoria então, aponta para

1. O TFG apresentado teve orientação de Thaís Rosa (FAUFBA) e co-orientação de Daniel Marostegan (FAUFBA). Agradeço ainda as contribuições de Gabriela Pereira (FAUFBA), Leandro Cruz (FAUFBA) e Karina Leitão (FAUUSP), que participaram da banca examinadora, e aos moradores da Ocupação, lideranças do MSTB e amigos, pelas trocas e construções realizadas.

2. Embora tenha lidado diretamente com diversos agentes como Poder Público e Movimentos Sociais, fornecendo soluções técnicas às demandas, considero a ação como uma experiência, por ainda estar na condição de graduando.

Fig. 1. Ocupação Quilombo Paraíso, em 2018. Fonte: Acervo pessoal.

uma relação onde não há dominação, ainda que reconhecida uma assimetria. Para elas, em uma situação ideal, os assessorados solicitam a assessoria e determinam qual o papel que o técnico deverá desempenhar no processo.

As características ou diretrizes que atribuímos à assessoria são, fundamentalmente: uma assimetria assumida entre técnicos e assessorados em vez de uma pretensa simetria; a abertura para algum ganho de autonomia, individual e coletiva, em vez da criação de novas dependências; a ampliação do imaginário acerca do espaço e de sua produção em vez da adesão a pressupostos abstratos e soluções técnicas que ainda desqualificam conhecimentos e práticas dos assessorados (BALTAZAR, KAPP, 2016, p.5).

Ocupação Quilombo Paraíso e o Movimento dos Sem Teto da Bahia



O MSTB é um movimento social de luta por moradia na cidade de Salvador, com início no ano de 2003. Fazendo-se valer da Função Social da Propriedade, previsto no art. 5 da Constituição Federal, tem como principal ferramenta de luta a ocupação de espaços ociosos, em zona urbana ou rural. Por espaços ociosos, entendem-se imóveis e propriedades que não cumprem com o disposto na Constituição e, por uma falta de interesse do Estado, não são utilizados para produzir

habitação à parcela da população que necessita. As ações dos Movimentos Sociais são feitas com o objetivo de visibilizar essas áreas, chamando a atenção do Poder Público para o espaço e os direitos que estão sendo negados a uma parcela da população.

A ocupação em questão, a Ocupação Quilombo Paraíso, iniciou-se em julho de 2009, quando o MSTB ocupou um terreno vazio próximo ao Hospital do Subúrbio e inserido em uma Área de Preservação Ambiental, a APA da Bacia do Rio do Cobre/Parque São Bartolomeu. O terreno, de ordem pública e propriedade da EMBASA[3], possuía uma topografia extremamente acidentada, o que fez com que inicialmente os barracos fossem construídos em sua parte mais plana, o topo do morro. A vista da paisagem ao redor, a presença da natureza e a tranquilidade do local fez com que os moradores escolhessem nomear a ocupação de Paraíso.

Decorrida uma semana de ocupação, as famílias foram confrontadas pelo conselho gestor da APA, preocupado com a degradação ambiental das nascentes do Rio do Cobre presentes na área, sendo esse um dos últimos rios urbanos de Salvador em estado de preservação. O MSTB argumentou que a construção do Hospital do Subúrbio, empreendimento vizinho à área, agravava muito mais o risco de contaminação do que as habitações, e que eles tinham então direito em permanecer. Após conversas com o Conselho da APA e a Secretaria do Meio Ambiente, foi feito um acordo informal de que eles poderiam ficar no território, contanto que realocados para a área em declive do terreno, de modo que os efluentes fossem direcionados à Bacia do Rio Paraguari, já em estado de contaminação, e não atingissem a água do Rio do Cobre.

Em agosto de 2009, a Ocupação se instalou na nova área, construindo barracos com compensados de madeira como parede e instalações elétricas e hidráulicas conectadas à rede local. Desde seu início lutando e resistindo no espaço, marcado pela presença constante da polícia violando barracos e se utilizando da força contra a população, os moradores decidiram renomear em 2011 a ocupação para Quilombo Paraíso, através de um processo identitário com o histórico de luta desses espaços negros, etnia da maioria dos ocupantes. Após reivindicações dos moradores em 2010 pelo direito à moradia digna garantida pelo Estado, como previsto na Constituição Federal[4], a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER) voltou os olhares para a área.

Na época com 120 famílias no local, o projeto apresentado pela CONDER como resposta irá criar 760 novas unidades habitacionais, em um total de 38 blocos desenhados sobre as casas da Ocupação. Apesar do impacto social e ambiental[5] que uma obra desse porte causa à região, a construção em larga escala atende ao pensamento vigente de

3. Empresa Baiana de Águas e Saneamento.

4. O artigo 6º da Constituição estabelece que “são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.”

5. O acesso a laudos ou estudos de impacto nunca foi obtido. Dada a dimensão e localização da obra em uma região com nascentes ao redor, é curioso ser concedida uma licença ambiental à mesma. Assim como é intrigante a posição passiva do Conselho Gestor da APA, enquanto o assentamento das famílias do MSTB na mesma área era continuamente contestado pelo mesmo.

produção de cidade, onde a terra se torna uma mercadoria e assim encontra uma maior facilidade de execução, passando por cima inclusive de direitos humanos. Desde 2010, quando era uma mera possibilidade, a perspectiva de construção funcionou como uma ameaça à consolidação da Ocupação por todos esses anos, e apenas durante o processo do TFG em 2018 foi confirmada pelos representantes legais que as obras teriam início até o fim do ano.

A primeira ação da assessoria técnica proposta foi apurar essas declarações, indo à sede da CONDER e à sede da construtora responsável pelo empreendimento, onde foi obtido de ambas a confirmação de legalidade da obra, já obtida licença ambiental para construção dentro da Área de Preservação Ambiental. Com a população e o MSTB satisfeitos pela conquista dos apartamentos e assim favoráveis às obras, a assessoria buscou garantir que a população fosse escutada durante o processo de remoção, fornecendo um suporte técnico como ferramenta contra as imposições feitas pelo Estado.

Oficinas de participação popular

A metodologia aplicada no trabalho teve como princípio o caráter participativo em formato de oficinas com a população a fim de trocar saberes, tomar decisões com o coletivo e contribuir no desenvolvimento de autonomia dos moradores. Com a ajuda de equipes temporárias para administrar as atividades em cada reunião, buscou-se compreender a comunidade interagindo com ela, através de uma pedagogia que estimulasse a participação, onde o ato de

Participar significa tomar parte em discussões e em decisões, desde o momento em que o problema se apresenta até aquele de pôr em prática as soluções encontradas, resultantes das discussões. Participar é uma atitude voluntária, contínua e de longa duração. A participação pressupondo um conhecimento dos rituais democráticos, é necessário, se a população chamada a participar é inexperiente, desprovida desse arcabouço, prepará-la para adquiri-lo num processo que denominamos de Pedagogia da participação. (NUNES, 2006, p.11)

Dentro de um prazo de aproximadamente 4 meses para o início das obras, paralelo às visitas semanais em campo, foi possível realizar um total de 4 encontros organizados com a comunidade, anunciados com antecedência para tentar reunir o maior número de pessoas interessadas. Reunidos em um bar na entrada da Ocupação, nesses encontros eram realizadas as oficinas, utilizando materiais levados para facilitar o processo de troca e assimilação, e obter um resultado mais concreto ao fim de cada uma. A produção de elementos físicos ao

fim de cada oficina foi importante para o estímulo da população e a sensação dos envolvidos de uma validação das atividades, ampliando o engajamento.

As oficinas e atividades relatadas buscam expor apreensões e gerar possíveis reflexões desse tipo de atuação, em torno do caso ocorrido na Ocupação Quilombo Paraíso. Ao lidar com espaços tão inconstantes e heterogêneos como os assentamentos informais no Brasil, procurou-se levar em conta as especificidades locais, assim como realizar essas ações com a população evitando impor decisões próprias, buscando sempre escutar, compreender e frequentemente se adaptar às demandas que o espaço traz ao profissional de planejamento.

Oficina 01 - instrumentos e possibilidades



A primeira oficina com os moradores da Ocupação ocorreu após a confirmação de construção do empreendimento MCMV com os agentes responsáveis, em agosto de 2018. Através das constantes idas a campo, foi possível convocar um bom número de pessoas para essa primeira atividade, com o objetivo de apresentar instrumentos técnicos utilizados na representação do espaço e compreender as demandas dos moradores para a nova ocupação.

Com a presença de 16 moradores, a oficina foi

realizada em duas dinâmicas. Durante a primeira dinâmica, usando uma maquete do terreno e uma planta baixa da Ocupação, foi questionado se eles reconheciam o espaço ali apresentado. Alguns, familiarizados com o ramo da construção civil, compreenderam rapidamente a linguagem utilizada, enquanto para outros o modelo físico topográfico foi essencial para melhor entendimento, embora a maquete muito crua tenha dificultado o processo. Brevemente, explicou-se como se lê uma planta baixa, através do conceito de uma

Fig. 2. Arte elaborada pelo autor com fotos da oficina 01. Fonte: Acervo pessoal.

Fig. 3. Conversa entre os moradores na primeira oficina. Fonte: Acervo pessoal.

vista aérea, onde casas são quadrados, árvores se tornam círculos e morros se tornam linhas. Os moradores localizaram o campinho, o monte e a entrada da Ocupação, pontos de referência da mesma no terreno.

Na segunda dinâmica, após prendermos o desenho de uma árvore na parede, iniciou-se uma discussão sobre o que os moradores pensavam que poderia melhorar a condição de vida na Ocupação. Foi sugerido que eles mesmos anotassem nos galhos da árvore o que ia surgindo; alguns ficaram tímidos e outros fizeram questão de participar. Com a aparição de elementos como creches e postos de saúde, foi conversado que o novo espaço provavelmente será menor que o atual, por não haver muitas áreas livres fora dos limites impostos pela APA e pela poligonal da obra. As famílias puderam então refletir sobre o que deveria ser priorizado de um ponto de vista coletivo, dentre o que havia sido sugerido individualmente.

Os moradores tiveram bastante interesse em participar, o que foi um grande estímulo ao trabalho, além da facilidade com que entenderam os instrumentos apresentados, compartilhando informações e dúvidas. O que mais atrapalhou foi a ausência de cores para diferenciar melhor os elementos, falha corrigida para as oficinas seguintes. Foi decidido pelos moradores que a prioridade na nova ocupação seriam as casas, juntamente com amor e igualdade, que são a base para tudo e, portanto, anotados na base da árvore. Questões de saneamento e infraestrutura foram uma grande preocupação, pois instalações elétricas e hidráulicas teriam que ser refeitas, além da reconstrução das casas, mas os moradores estavam dispostos a passar pelo processo, para conseguir os apartamentos. Nas palavras de um dos moradores, “apenas mais 2 anos de luta é pouco, perto dos 9 anos já vividos”.



Oficina 02 - Reconhecimento e identidade

Objetivando compreender a Comunidade e suas características, de modo que essas continuassem presentes mesmo em um novo espaço, a intenção da oficina seguinte foi entender o espaço atual e seus ocupantes através dos próprios moradores, para somar com percepções pessoais. Nessa oficina estavam presentes 23 pessoas, um número alto comparado aos encontros anteriores. Com o apoio de uma equipe formada por 5 pessoas, foi possível dividir os presentes em 3 grupos, com a realização de 3 atividades paralelas.

Dois grupos, formados pelos adultos presentes, se empenharam em localizar as casas onde cada um morava, identificando seus vizinhos. Utilizou-se como material os instrumentos apresentados na oficina anterior, porém com a planta baixa colada nas curvas de nível da maquete, para uma identificação mais fácil da implantação no terreno. Enquanto um grupo utilizava plantas baixas, o outro se valia da maquete aprimorada. Usando os pontos de referência que já haviam sido reconhecidos na 1ª oficina (campinho, monte e entrada da Ocupação), os grupos contabilizaram as casas em sequência, para nomear o morador de cada uma. Em paralelo, foram distribuídas fichas produzidas durante a disciplina de Atelier, contendo dados sobre os moradores coletados em entrevistas feitas no fim de 2017, com colegas do grupo da disciplina. Decorrido quase um ano, era necessário que alguns dados sociais e econômicos fossem atualizados pelos próprios moradores, conferindo as informações para atualizar qualquer incoerência encontrada. O terceiro grupo, composto por crianças, se entretinha desenhando casas e a Ocupação.

Essa oficina obteve uma ótima resposta dos moradores. A presença de uma equipe grande de suporte e de participantes que haviam estado na 1ª oficina foi de extrema importância, por já terem sido introduzidos ao conceito de maquete e planta baixa. A identificação de cada casa e seus habitantes, com sua posição no terreno, foi utilizada para construir cartografias afetivas e de relação com a terra, fatores que devem ser respeitados em qualquer espaço que seja futuramente ocupado pelas 64 famílias, número remanescente das 120 iniciais. As fichas também foram muito bem recebidas pelos moradores, que ficaram entusiasmados em contar suas histórias e se verem identificados nelas. O reconhecimento do espaço por parte da população desempenhou importante papel no processo de defesa das famílias no território, fortalecendo a sensação de pertencimento ao mesmo, através das construções físicas e afetivas debatidas.

Fig. 4. Arte elaborada pelo autor com fotos da oficina 02. Fonte: Acervo pessoal.





Fig. 5. moradores apontando na maquete onde ficam suas casas. Fonte: Acervo pessoal.

Fig. 6. Arte elaborada pelo autor com fotos da oficina 03. Fonte: Acervo pessoal.

Oficina 03 - Memória e cartografias

Seguindo a linha da oficina anterior, nessa oficina trabalhamos a relação da população com o território. Dessa vez para além da



Ocupação, entendendo como o entorno da mesma era utilizado por eles, assim como as diversas forças externas e internas que atuaram no espaço ao longo dos anos. Assim, poderíamos reconstruir o histórico da Comunidade pela ótica dos moradores e a disponibilidade de serviços e equipamentos públicos.

10 pessoas estiveram presentes nessa oficina, dividida em 2 dinâmicas. Na primeira, utilizando barbantes e pregadores, construímos uma linha do tempo da Ocupação, desde seu início em 2009 até 2018, início do TFG. À medida que os moradores se lembravam da história do local, fomos registrando e pendurando na linha estendida cartões com essas informações, de modo que pudessem ser organizados posteriormente de forma cronológica. Os participantes já haviam esquecido de muitos acontecimentos, devido ao longo tempo ocupando, então muito teve que ser discutido para chegar em um consenso sobre as datas. Foram lembrados momentos como a entrada no terreno, a mudança de nome da ocupação, visitas de agentes externos e invasões da polícia, assim como a ativação e desativação da horta comunitária.

Na sequência, efetuou-se uma cartografia participativa, onde os moradores identificaram em um mapa pregado na parede os locais que frequentavam, próximos à Ocupação. Começamos localizando a comunidade e sua principal rua de acesso, e em seguida alguns pontos de referência, como o Hospital do Subúrbio e o Conjunto de Mirantes de Periperi. A partir deles, foram identificados escolas, creches, postos de saúde, praças, mercados e pontos de ônibus.

Revisitar a história da Ocupação, marcada por injustiças e precariedade, foi uma tarefa perceptivelmente difícil para os moradores. O resgate da memória e relatos do que eles já passaram, ao longo de tantos anos, gerou comentários sobre a exaustão em permanecer nessas condições, com todos seus atravessamentos sociais, além da constante visita de agentes e entidades que vão ao espaço, mas não necessariamente fortalecem a luta. A mudança de nome também foi discutida, pois apesar do espaço não ser reconhecido como um quilombo oficialmente, em determinado momento passou a ser reconhecido por eles e pelo movimento como tal, pelo valor identitário do termo.

No processo de cartografia, foi levantado por eles que os equipamentos estão a distâncias caminháveis, ainda que alguns estejam distantes 40 minutos a pé. Não foram encontrados equipamentos de lazer ou cultura na área que fossem utilizados pelos moradores, além da Praça da Revolução, e nem a existência uma linha de ônibus que faça o trajeto Hospital do Subúrbio-Periperi. Quando desejam ir para bairros como Calçada, eles têm que se deslocar até o conjunto de Mirantes, mais distante do que o ponto do Hospital. Sobre saúde, foi comentado que, surgida a necessidade, alguns moradores não obtiveram atendimento em nenhum dos postos mais próximos, por não haver médicos disponíveis. Normalmente são encaminhados para a Unidade de Pronto Atendimento no bairro de Valéria, área mais distante e que os moradores evitam, devido à forte presença do tráfego na região.



Oficina 04 - Lotes e casas

Paralelo à realização das oficinas e das visitas constantes na Ocupação, ocorreram reuniões com a CONDER e a construtora

Fig. 7. Moradores mostrando onde se localiza a escola que frequentam. Fonte: Acervo pessoal.

Fig. 8. Arte elaborada pelo autor com fotos da oficina 04. Fonte: Acervo pessoal.



responsável pela execução da obra do empreendimento MCMV. No dia 14 de outubro, foi definido pelos Poder Público o novo terreno para onde as famílias seriam realocadas, atendendo a algumas exigências do Movimento. A demanda era de que o terreno fosse próximo à obra, para que pudesse ser vistoriada por eles, e largo o suficiente para 60 famílias residirem, sendo a única opção permitida pelo Estado, o campo de futebol do bairro de Colinas de Periperi.

Prevendo os conflitos territoriais que ocupar um espaço do bairro poderia trazer, exigiu-se que o Estado construísse então um novo campo, como contraproposta aos moradores de Colinas de Periperi, que necessitavam de um espaço de lazer. Entendida a situação, a



Fig. 9. Marcação da proposta de lote na terra.
Fonte: Acervo pessoal

CONDER fez um acordo com a Associação de moradores do bairro para construção de um novo campo de futebol, melhor localizado, de modo que eles permitissem a ocupação do antigo pelo MSTB. Com as obras do novo empreendimento previstas para terem início em apenas um mês, era necessário fazer o desenho do novo espaço no tempo mais breve possível. As idas a campo e as conversas com os moradores se intensificaram, tentando fazer com que os 58 lotes (número de famílias que iriam permanecer após a transição) coubessem em uma área de 2500 m². À época, as 120 casas (das quais 56 vazias) ocupavam um total de 12000 m².

O primeiro passo para planejar a implantação da nova ocupação foi se reunir com as lideranças e pensar o tamanho dos lotes para as famílias. De acordo com os coordenadores, todos os lotes deveriam ter o mesmo tamanho, para que a terra fosse dividida igualmente e não houvessem confrontos. Os lotes foram definidos inicialmente com 42m², baseado em um rápido desenho esquemático e na suposição dos coordenadores locais de uma redução justa dos lotes atuais, em média com 56m².

Após esse entendimento, a última oficina com a população ocorreu no dia 20 de outubro, elaborada para apresentar o que havia sido debatido e conversar com os moradores sobre um tamanho de lote que considerassem apropriado. Assim, o objetivo era alinhar as necessidades individuais e coletivas, planejar de forma comunitária as dimensões do lote e elaborar diferentes tipologias residenciais.

Reunindo os participantes no campinho da Ocupação, desenhamos na areia o lote inicialmente pensado, de tamanho 6x7m (42m²). Os moradores ajudaram na marcação e, ao verem as dimensões em tamanho real, ficaram preocupados, considerando-o muito pequeno. Iniciou-se uma discussão calorosa sobre o tamanho mínimo para o lote, e questionamentos de como seria viável habitar nesse espaço. Para identificar melhor como a moradia era interpretada pelos moradores, sugeriu-se trabalhar com uma área mais generosa, propondo que fosse pensado o desenho da casa em um lote com dimensões de 8x8m (64m²), e a partir dele obtermos um tamanho mínimo.

Os presentes se dividiram em 2 grupos para que fosse produzida de mais de uma tipologia de habitação. Utilizando uma folha de papel metro e mobiliário impresso em escala 1/50, cada grupo deveria pensar a casa no espaço de 64m². Após desenhado o lote no papel, foram sendo sugeridos recuos e alterações, considerando a qualidade da habitação e a demanda dos moradores. Os desenhos da casa no lote foram feitos coletivamente, adicionando elementos e ambientes propostos e distribuídos pelos moradores. Ao final, foi um consenso que poderia haver redução de algumas dimensões no lote, uma vez que

o pensamento coletivo deveria se sobrepor ao individual, e a prioridade era que todos recebessem um espaço na nova ocupação. Essa oficina também mostrou a importância de haver líderes comunitários presentes nas oficinas, pois, apesar de termos combinado, os dois coordenadores locais não puderam comparecer, o que teria ajudado a contornar o conflito gerado ao apresentar o lote inicialmente proposto.

A compreensão em pensar o novo espaço priorizando o coletivo foi um momento muito importante, uma vez que as maiores relações dos moradores, como pode ser identificado na segunda oficina, era com seus vizinhos de porta e familiares, proximidade que deve ser mantida no novo espaço. Nas tipologias geradas para o mesmo tamanho de lote foram demonstrados certos padrões, como o quarto conectado com a sala e o banheiro no fundo da casa, mais próximo da fossa utilizada para tratamento de águas negras. Esses modelos de habitação foram utilizados para pensar uma sugestão de projeto habitacional, entregue a eles, que economizasse materiais e reduzisse o custo de construção da casa.

Novembro: a mudança para o novo terreno

Após os 4 meses de trabalho, com o novo campo já executado pelo Estado, a pressão em sair se intensificou e não pode mais ser feita nenhuma oficina com os moradores, que iniciaram a mudança para o novo terreno no dia 14 de novembro de 2018. Embora não houvesse sido acordado uma data limite, nesse dia as máquinas iniciaram o trabalho por trás das casas, levantando terra e prejudicando a saúde dos moradores, com relatos de crise respiratória nas crianças. Havia decorrido pouco mais de 2 semanas da oficina 04, mas as famílias se viram forçadas a abandonar suas casas e iniciar a marcação dos lotes no novo terreno, executando o projeto elaborado no processo da assessoria técnica. Ainda que esse precisasse de aprimoramentos, o tempo real e o tempo projetual encontraram disparidades, e em apenas 4 dias, o loteamento havia sido efetuado, com algumas casas já habitadas pelos moradores.

Devido à urgência e à perspectiva temporária da moradia, os moradores construíram as casas utilizando o compensado de madeira, por ser um material construtivo que já era dominado tecnicamente por eles e de rápida execução, além de poderem reutilizar placas das casas desmanchadas e novas que foram doadas pelo Estado, diminuindo o custo. Em uma das negociações com a CONDER, foi acordada a doação de 400 placas de compensado de madeira, 180 manilhas de concreto e 300 telhas metálicas, assim como intervenções no campo para abrigar o número exigido de habitações. Após uma máquina alargar o terreno e cavar uma vala na rua de acesso à nova Ocupação, a instalação das manilhas foi feita pelos moradores, para drenagem das águas pluviais e direcionamento à rede de esgoto local.



Ao visitar o espaço no dia 17 de novembro, dando continuidade à atuação proposta no TFG, algumas famílias solicitaram dicas de construção, ao que foram feitas sugestões tais como respeitar os recuos das casas vizinhas e que o lote não fosse ocupado integralmente, garantindo uma melhor ventilação e a abertura de esquadrias[6]. Outros fatores observados foram os materiais utilizados, as fundações, inclinação e altura adequada das coberturas e as possíveis extensões dos lotes, através de uniões com os lotes dos vizinhos quando existisse uma relação de amizade ou familiaridade. Desse modo, poderiam ser criadas áreas comuns como lavanderias, aumentando o coeficiente edificado do lote. Desde o dia 02 de dezembro de 2018, 58 famílias do MSTB ocupam de forma transitória o terreno vizinho ao Hospital do Subúrbio, aguardando o fim das obras e a entrega dos apartamentos em 2020.

Considerações sobre o papel da atuação

As oficinas, relatos e apreensões aqui documentados têm a intenção de mostrar possibilidades de ação de uma assessoria técnica,

7. O lote, pensado com 48 m², foi acusado pelos representantes de serem dimensões generosas demais. Entre diversas tentativas de remover os moradores de modo leviano, foi sugerido ainda que as placas de compensado utilizadas como parede fossem compartilhadas por famílias diferentes, poupando espaço e abrigando mais famílias.

construídas em conjunto com a população, que desejava defender seus direitos e fazer parte da produção do espaço. O lugar da assessoria em arquitetura e urbanismo nas lutas urbanas envolveu escutar essas vozes que resistem, garantindo que elas fossem escutadas quando houve um grande conjunto de forças e interesses atuando no território, e assim equilibrando a disputa. Especialmente quando existe um embate direto entre o Estado, aliado ao setor privado, e uma população vulnerável, o desequilíbrio de poderes é capaz de soterrar os direitos humanos, direitos estes previstos na Constituição Federal.

Nas reuniões ocorridas com os agentes públicos durante o processo, foi perceptível que a voz das lideranças comunitárias era ouvida, mas não escutada, e através das ferramentas que a arquitetura e urbanismo pôde promover, essa voz era legitimada perante os órgãos oficiais. Quando em uma das negociações, os representantes técnicos do empreendimento sugeriram condições desumanas de ocupar o espaço, com lotes de dimensão de 9m² para que o terreno fosse capaz de comportar as 60 casas, a contestação por parte da população só foi validada depois que uma planta baixa foi elaborada através de softwares de desenho técnico. Dispondo os lotes com tamanhos mínimos[7] na área, comprovou-se que não havia como abrigar todas as famílias, sendo então autorizado que os limites do campo fossem alargados por uma das retroescavadeiras destinadas à obra.

A nova Ocupação Quilombo Paraíso, autorizada pelo Estado, foi efetuada em 2 semanas, com 58 casas de compensado de madeira erguidas. Tendo sido feita com, para e pela população, o novo assentamento pôde ser melhor planejado que o anterior, apesar das condições ambientais do terreno serem menos agradáveis. Ruas largas, espaços comunitários e enriquecimento do solo foram estratégias pensadas para tentar manter o que existia no espaço antigo, hoje totalmente destruído e com alguns prédios do MCMV já construídos. Ainda se frequenta a Ocupação, e os moradores declararam sentir saudade da riqueza ambiental e da natureza no terreno antigo, mas ainda assim contentes e esperançosos, mesmo que tenham que suportar mais tempo habitando de forma precária, por terem seus 9 anos de luta reconhecidos na conquista de um imóvel.

Fig. 10. Processo de reconstrução da ocupação no novo terreno. Fonte: Acervo pessoal.

6. A abertura de janelas não é um ato comum dentro de ocupações, pois os moradores costumam preferir manter sua privacidade, ao invés de possibilitar um maior contato com vizinhos e transeuntes.

Referências

BALTAZAR, A. P.; KAPP, S. *Assessoria técnica com interface. Publicado nos anais do Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo.* Porto Alegre, 2016. Disponível em http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/arq_interface/2a_aula/2016_06_20_baltazar_kapp_enanparq.pdf. Acesso em 02/08/2019.

NUNES, Débora. *Pedagogia da participação: trabalhando com comunidades* / Débora Nunes; tradução Ciro Sales; Salvador: UNESCO/Quarteto, 2002.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil [recurso eletrônico].* — Brasília: Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Documentação, 2019. 533 p. Disponível em <https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoConstituicao/anexo/CF.pdf>. Acesso em 10/10/2019.

***Vinicius Lyra Reis Valois** é Arquiteto e Urbanista graduado pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia. Durante a graduação foi membro do grupo Lugar Comum.